

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares
Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

ATA DE REUNIÃO Nº 08

Pauta: Política Municipal de Habitação

Participantes do Poder Público: Giovanna Carlos (SMDHC/EGRESSOS), Jennifer Mirian Augusta (SMDHC/EGRESSOS), Mary Jello (SMDHC/EGRESSOS), Luiza Cerávolo (DPESP/NESC), Zoraide Modenutte (DPESP/NESC), Edson Antônio (CRPIR - Sul 2 - Parelheiros), Jéssica Medeiros (CRPIR - Oeste - Butantã), Daiane da Silva (CRPIR - Leste 2 - Itaim Paulista), Arlete Silva (SEHAB), Maria Luiza Leal (CRPIR - Centro), Pedro Ivo (SMT), Isis Assis (CRPIR - GEN), Kauã Condenso (SMDHC/DPS), Gabrielle Dias (SMS/SEABVS), Ana Katarina Barbosa (SMDHC/CPIR), Maria Lúcia Yamashita (SMS), Alan Pessoa (SGM/SEPE);

Participantes Sociedade Civil: Ligia Daher (Mandato Suplicy), Rosangela Teixeira (NEV-USP), Bruno Karam, Amanda Fuzita, Sueli Romana;

Participantes Organização Social: Juliane Arcanjo (ITTC), Michele Ferreiro (ITTC), Maria Lúcia da Silva (ACVA+ABQM), Patrícia Rodrigues (Nova Rota), Joel Novaes (Recomeçar).

Às 14:00 do dia 19 de abril de 2024, no auditório da SMDHC, na Rua Líbero Badaró, 119, reuniram-se os senhores e senhoras indicados acima a fim de discutirem a pauta do dia. A Sr.(a) **Giovanna Carlos** (SMDHC/EGRESSOS) coordenou a reunião, tendo sido secretariada pela Sr.(a) **Jennifer Mirian Augusta** (SMDHC/EGRESSOS).

Nos informes, foi relatado que na reunião de maio o tema já havia sido votado. Foi anunciado que a reunião ocorreria na segunda sexta-feira, com o tema sobre Políticas Estaduais, conforme votado na reunião anterior. A 3ª reunião sobre “Denúncias” ficou para o dia 26 de maio.

Foi informado sobre a formação para os funcionários e funcionárias dos Centros de Referência de Promoção da Igualdade Racial (CRPIR), equipamentos ligados à Coordenação de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) da SMDHC. A formação durou 6 horas e contou com três etapas: a primeira deu um histórico sobre a criminalização da população negra no Brasil, perspectivas históricas sobre leis e raça, seletividade penal e panoramas do cumprimento de pena de privação de liberdade nas unidades prisionais do Estado; a segunda parte falou sobre a política nacional de atenção à população egressa do sistema prisional, a política municipal para o mesmo público, bem como a

abrangência, a importância e o público alvo do texto e dados da população em privação de liberdade e egressa; por fim, a formação abordou os principais tópicos de atendimento tanto para familiares, quanto para egressos, além de uma apresentação dos serviços específicos. A equipe foi elogiada por sua natureza multidisciplinar, e foi mencionada uma parceria com CPIR para encaminhar possíveis atendimentos.

Foi comunicado também que a Sra. Giovanna participará de uma audiência pública em Brasília, voltada para o combate do encarceramento em massa e as políticas relacionadas à população egressa. Embora o CNJ ainda não tenha confirmado a fala, foi destacado que a participação será válida para ser apresentada posteriormente para o GT.

No informe sobre as mudanças na coordenação, a Sra. Paula assumiu a palavra informando que estava se despedindo. Explicou que estava deixando o cargo para trabalhar com a população em situação de rua no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Agradeceu pelo apoio e colaboração recebidos, destacando as contribuições da sociedade civil, especialmente dos familiares e sobreviventes. Paula enfatizou o compromisso contínuo com o GT e sua importância em sensibilizar outros espaços para a relevância da população em questão. Ela expressou confiança na nova equipe da coordenação e agradeceu a todos pelo apoio e abertura de espaços para o diálogo. A Sra. Giovanna agradeceu à Paula, pediu desculpas por eventuais atrasos nas respostas, explicando que isso se deveu às mudanças na coordenação e informou que em breve um novo assessor, ou uma nova assessora, estaria ingressando na equipe.

Em seguida, Giovanna também discutiu as alterações nas regras da "saidinha", referindo-se ao projeto de lei de 2022, que propõe tornar obrigatório o uso de tornozeleiras e restringir as saídas à população egressa. Ela destacou as implicações desse projeto, especialmente em relação ao exame criminológico, apontando para a falta de profissionais qualificados para atender à demanda. Além disso, mencionou a preocupação levantada pelo "Desencarcera SP" sobre a proibição das saídas temporárias para pessoas condenadas por crimes como tráfico de drogas ou violência em furtos/roubos, o que poderia afetar significativamente a população carcerária. Sobre o exame criminológico, explicou que, embora tenha sido opcional por um período, agora é obrigatório novamente, mediante avaliação de profissional. A assessora ressaltou que em 2015 o conselho técnico de psicologia soltou uma nota técnica afirmando que o este exame não é apurado no que diz respeito à "periculosidade". A mesma lembrou que essas mudanças não se aplicam a pessoas que já estão em processo de cumprimento de pena. Giovanna finalizou abrindo espaço para discussões adicionais trazidas pelos participantes da reunião.

Assim, a Sra. **Amanda** se apresentou como jornalista e repórter do Estadão e destacou o papel crucial da imprensa na divulgação de informações sobre os egressos do sistema carcerário. Ela apontou a escassez de cobertura midiática sobre esse assunto, compartilhando dados de sua experiência em veículos independentes e na grande mídia. Amanda questionou por que essa realidade é tão pouco divulgada e

citou o Artigo 126 da Lei de Execução Penal, que estipula que 12 horas de atividades escolares equivalem a 1 dia de redução de pena, e que a leitura de uma obra proporciona 4 dias de redução. Ela enfatizou que a imprensa tem a função de fiscalizar e denunciar a situação do sistema prisional e divulgar o trabalho das Organizações da Sociedade Civil – dando o exemplo do trabalho do Instituto Recomeçar, que teve visibilidade na Globo no ano passado.

Desta forma, a jornalista lamentou que os problemas enfrentados por essa população não recebam a devida atenção, destacando que 54% dos detentos nunca tiveram acesso à educação na prisão, apenas 50% das instituições penitenciárias possuem salas de aula, e apenas 1 em cada 10 oferece acesso à formação profissional. Ela criticou a teoria de ressocialização, que na prática não se efetiva, e questionou por que as conquistas obtidas por meio de lutas estão sendo ignoradas.

O Sr. **Joel Novaes** (Instituto Recomeçar) compartilhou que desde 2015 o instituto realizou 10 mil atendimentos e está em um momento de comemoração. Ele mencionou sua experiência anterior no jornalismo com reportagens de rua, e concordou que a pauta de egressos realmente não é abordada na mídia tradicional porque não é levada como pauta. Ele enfatizou que questões importantes, como rebeliões ou foragidos, são abordadas, mas não falam sobre superlotação e má condição das unidades prisionais. Para Joel, é importante persistir para mostrar a realidade, além disso, ele enfatizou a importância da ressocialização para reduzir a reincidência criminal, sugerindo que o governo aproveite os materiais levantados pelo GT para fortalecer instituições como a CAEF. Também mencionou que, mais de 26 mil pessoas assinam a “carteirinha” no Fórum atualmente, evidenciando a necessidade contínua de apoio para aqueles em processo de ressocialização.

A Sra. Giovana perguntou se alguém gostaria de acrescentar algo mais à discussão e prosseguiu com os temas em pauta. Ela mencionou que, desde a primeira reunião, em agosto de 2023, foram debatidos diversos temas, incluindo política nacional e municipal, saúde, educação, assistência social, trabalho e renda, e, o próximo tema, sobre políticas estaduais. Porém, alguns assuntos como direitos humanos e cidadania não foram abordados. Giovana também destacou o bom início das interações com o pessoal do CPIR e ressaltou a importância de outros equipamentos e coordenações da secretaria estarem abertos para receber essas demandas. Ela mencionou a “interface com o sistema de justiça” como uma pauta que foi colocada em agosto e que precisa ser reavaliada. Além disso, enfatizou que o GT é um espaço de mobilização social e encorajou as organizações a se encontrarem e se mobilizarem para decidir sobre a criação de um conselho municipal.

Em seguida, Giovanna falou sobre a aprovação do relatório final do grupo de trabalho. Nos próximos meses, os temas serão: políticas estaduais em maio, junho e julho estarão abertos para a sociedade civil decidir o tema, que será publicado após votação. Em agosto, haverá uma apresentação prévia do relatório para que a sociedade civil possa dar sugestões. Em setembro, a divulgação será ampliada, com destaque para

os gabinetes de vereadores e deputados que contribuiriam para o projeto de lei. Desta forma, abriu-se espaço para discutir qual tema deve ser priorizado para inclusão nas propostas, enfatizando o desafio de encontrar representantes de outros nichos para além do municipal.

O Sr. **Bruno Karam** sugeriu uma reunião sobre “pena-multa” e documentação. Giovanna respondeu que este tema se insere na temática “interfaces com o sistema de justiça”, no qual o desafio reside em buscar representantes para apresentar/responder.

A Sra. **Maria Lúcia da Silva** (Casa da Guerreira Mulher) destacou o tema sobre formação de redes de apoio e equipamentos da ponta, a necessidade de se discutir atendimento e rede territorializada. Em resposta, Giovanna sugeriu que o GT fosse pensado como um espaço para participação de representantes dos serviços da ponta, enfatizando a importância de direcioná-lo novamente para egressos e seus familiares. Ela ressaltou a necessidade de focar nessa questão para não diluir o objetivo principal e conseguir lidar adequadamente com a política municipal voltada para esse público específico. Giovanna destacou a importância de retomar essa discussão na reunião de junho e de trazer à tona a questão das interfaces.

Outra participante ressaltou que esse não é exatamente um problema do GT, mas sim um diagnóstico dos serviços, algo que também tem sido feito no GT e uma proposta para avançar. Ela explicou que se todos os programas fossem levados em consideração, é importante lembrar que eles não abordam especificamente o sistema de egressos, e que isso é uma construção em andamento.

Giovanna concordou, afirmando que, de forma geral, o GT é destinado a essa construção, envolvendo redes e representantes de cada secretaria. Ela mencionou a importância de questionar os representantes após as apresentações, perguntando sobre o que pode ser feito a partir das propostas levantadas. A mesma destacou o desafio de transmitir ao município a importância de atender esse público-alvo (de egressos e familiares), considerando também o desafio para a sociedade civil. Ela comparou com a situação da população em situação de rua, que já possui uma política específica mas que, para isso, foi feito um trabalho de se divulgar a importância de uma política específica para este público – da mesma forma será com egressos e familiares.

Em seguida, foram apresentadas as propostas para a temática sobre educação. Giovanna relatou que não foram levantadas muitas propostas para o tema, e que o que se formou foi a partir das falas.

1. Problema: falta de formação regular e técnica para egressos.

Proposta coordenação: “A PMSP, por meio da SMDHC e da SME, articulará parcerias, e demais termos técnicos, para fomentar criação e/ou divulgação de vagas para pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares - sobretudo nas redes de ensino público, formações técnicas e superiores”.

Situação: aprovada desde que adicione “Educação de jovens e adultos/CIEJA”

- 2. Proposta coordenação:** “A SMDHC deverá articular com a SAP o mapeamento de demandas em relação à temática da educação para entender as possibilidades de atuação do município visando o acesso à educação básica e às demais ofertas, dentro das unidades prisionais da cidade de São Paulo - sobretudo no que diz respeito à alfabetização.”

Situação: Redigida, esperando alteração tirando o destaque à alfabetização.

- 3. Problema:** Preparação para os professores a fim de combater o estigma/preconceito

Proposta coordenação: “Em parceria com a SMDHC, a SME deverá viabilizar formações temáticas sobre a população egressa do sistema prisional aos profissionais da rede municipal de ensino.”

Situação: Aprovada.

Um participante mencionou que quando a atuação é dentro do sistema prisional, não está claro se cabe no escopo do GT, pois imaginava que o foco seria nos egressos e não nas circunstâncias anteriores à sua saída. Assim, compreende a necessidade de considerar diferentes momentos. Giovanna explicou que recebeu a proposta do jeito que foi apresentada e tentou não alterá-la para que se encaixe no relatório. No entanto, ressaltou que a proposta trata de pessoas privadas de liberdade, e entende que o município pode atuar em relação às unidades prisionais localizadas na cidade de São Paulo.

Outro participante sugeriu que se houver projetos dentro das unidades prisionais para estimular o trabalho como preparação para a saída, também seria útil disponibilizar uma cartilha orientando como se matricular nas escolas e em quais espaços encontrar emprego. Giovanna concordou e respondeu que é tema da cartilha que está sendo redigida.

O Sr. **Alan Pessoa** (SGM/SEPE) sugeriu que fosse feito um levantamento para entender a demanda de educação dentro das unidades. Giovanna concordou com a observação, mas enfatizou que não pode encaminhar diretamente uma proposta que não está no escopo da Secretaria realizar, uma vez que as unidades prisionais são administradas pela SAP, uma Secretaria do Estado, no entanto, citou a possibilidade de se fazer essa articulação.

- 4. Proposta coordenação:** “O município deverá construir propostas de formação para população egressa e familiares sobre temas como: educação jurídica, exercício de direitos, legislações relacionadas e acesso aos direitos e serviços das políticas municipais. Utilizando-se, se necessário, de equipamentos municipais de educação, como os CEU's.”

Situação: Aprovada.

A proposta destacou a equipe dos CEUs porque foi apresentada na última

reunião como um espaço territorializado que faz sentido ser utilizado para divulgar o equipamento e ser aproveitado como um território relevante para essa questão.

A Sra. **Patrícia** (Nova Rota) levantou a questão sobre o acesso à educação exigir documentos, incluindo o direito ao transporte, e questionou como as pessoas conseguem acessar sem essa documentação e esse direito. Giovanna mencionou o passe livre como uma possível solução, mas Patrícia enfatizou que a falta de recursos financeiros e a falta de documentação são problemas reais que precisam ser abordados. Ela compartilhou um exemplo pessoal de enfrentar essas dificuldades como egressa do sistema e perguntou como seria possível obter a documentação necessária para ter acesso à educação, especialmente para aqueles que não têm cadastro único.

Giovanna explicou que houve uma tentativa de abordar essa questão em uma reunião com o pessoal do transporte, mas não houve abertura para avanços significativos. Ela reconheceu que a proposta não deveria ser excluída, mas é necessário considerar maneiras alternativas de abordá-la. Patrícia sugeriu que o transporte tenha um custo associado, e Giovanna concordou em incluir essa discussão na proposta aprovada, acrescentando também a questão da mobilidade.

Em seguida, passaram para o próximo tema: assistência e desenvolvimento social. Uma proposta que ainda não estava aprovada foi mencionada, mas Giovanna explicou que não conseguiu falar com a pessoa responsável para entender melhor, e por isso ainda não foi aprovada, mas será trazida para a próxima reunião. Um participante sugeriu forçar a aprovação da proposta, mas outros concordaram em deixá-la para o próximo mês. Outra sugestão foi incluir a origem das propostas, ou seja, quais movimentos sociais estão por trás delas. Giovanna esclareceu que isso poderia ser considerado como uma forma de sigilo.

Em seguida, foi apresentado o tema da reunião: política de habitação no município.

A Sra. Arlete se apresentou como assistente social, trabalhando na Secretaria de Habitação desde 2010 e atualmente atuando na divisão de planejamento habitacional. Em sua apresentação, ela abordou as competências da secretaria, mencionando que o Plano Municipal de Habitação nunca foi aprovado como projeto de lei. Arlete explicou que a secretaria foca em questões relacionadas a áreas irregulares e estabelece parcerias com programas como o Minha Casa Minha Vida e a COHAB, que executa a Lei 15.764 de 27 de maio de 2013.

Arlete explicou que não é papel da Secretaria de Habitação intervir em situações de desabamento, resolver reintegrações de posse ou lidar com áreas de risco, pois essas são responsabilidades da Defesa Civil. Ela mencionou que a cidade está demandando um plano de soluções para os riscos urbanos, e destacou uma reportagem em que a prefeitura afirmava não ter sido notificada sobre os problemas apresentados, mas também não solicitava programas de habitação.

Em relação aos programas de regularização, Arlete esclareceu que a Secretaria de Habitação não precisa organizar a área, mas sim observar o que pode ser regularizado e o que não pode. Ela mencionou que a legislação adia a obrigação da secretaria nesse sentido, e que a urbanização busca unificar a infraestrutura do território.

Quanto ao programa "Nossa Casa", Arlete explicou que ele é uma parceria entre o governo e a Secretaria de Habitação, em que o governo traz as demandas e a secretaria administra. Ela também abordou o esvaziamento do programa Minha Casa Minha Vida e explicou que a prefeitura localiza o terreno, compra e então a construção é realizada.

Em sua apresentação, Arlete utilizou artigos de Leis, Decreto e alguns dados da SEHAB. O documento foi enviado para a pasta aberta do *drive* do GT.

Arlete explicou que as demandas por habitação estão separadas entre demanda fechada e demanda aberta, de acordo com o decreto. Ela apresentou um mapa para mostrar onde estão as ocupações e as 30 mil famílias que estão em situação de risco, destacando que algumas remoções permitem o direito ao auxílio aluguel. Quando se trata de reintegração de posse, a demanda também inclui famílias cadastradas pela COHAB, e ela explicou como esse processo funciona.

Embora haja 30 mil famílias na demanda fechada, apenas 23 mil estão recebendo o auxílio aluguel. Em 2015, houve um grande corte nesse benefício, mas em 2019, após várias articulações, foi aberta uma demanda para atendimento das famílias fechadas. Arlete ressaltou que o valor do auxílio não pode ultrapassar a renda das famílias, e elas continuam recebendo o auxílio até serem atendidas. O último dado disponível era de 7 anos de espera, mas Arlete estima que possa levar até 12 anos para atender todas as famílias, com uma defasagem de 7 mil famílias. O valor do auxílio é de R\$ 400, e a Portaria 31 oferece uma brecha para famílias em situação de risco.

Quanto à pergunta de Maria Lúcia sobre o auxílio aluguel para mulheres vítimas de violência, Arlete explicou que não é a habitação que responde a essa questão. Ela também mencionou que existem áreas na zona sul onde o valor do auxílio aluguel é diferente e destacou a reserva legal, que prevê 5% para todas as demandas, abertas ou fechadas. Arlete explicou que a lista da demanda fechada consegue ser medida, mas a lista aberta não, e quando se trata de egressos, caso considerem "egresso" a pessoa que saiu de alguma unidade prisional no último ano, seria praticamente impossível essa pessoa ser atendida na fila da habitação.

Arlete explicou que no cadastro da COHAB, os critérios determinam se uma pessoa estará na frente ou não. As demandas fechadas são priorizadas de acordo com os critérios apresentados, e uma determinação judicial estabelece que até dezembro de 2023 todas essas demandas precisam ser atendidas. No entanto, no caso das pessoas que estão recebendo auxílio aluguel, elas têm prioridade.

Ela mencionou que a identificação do egresso nos cadastros é sempre um tema debatido. O cadastro é bastante administrativo e focado no CPF e na renda, e se o CPF

estiver suspenso/irregular, a pessoa não entra no cadastro. Um tópico pertinente à pauta.

Arlete explicou que mesmo que alguém tenha passado por todo o processo, pode acabar ficando de fora. As famílias que recebem auxílio aluguel precisam passar por cadastramento, incluindo informações sobre deficiência, etnia, raça e cor. Ela destacou a importância de regularizar as pessoas trans de acordo com sua identidade civil para evitar constrangimentos. Embora os assistentes sociais que estão na ponta saibam quem são os egressos, há uma forma de intimidação desses profissionais, e a revisão da Portaria 31 foi removida sob o entendimento de que as vulnerabilidades apresentadas são problemas das famílias e não da Secretaria. Portanto, a condição de egresso não é identificada.

Giovanna informou que está lidando com essa questão através do POT para identificar as pessoas egressas e coletar dados sobre quantas temos. Arlete acrescentou que se informar que alguém é egresso não tem relevância, sob a superfície.

A Sra. **Gabrielle Dias** (SEABVS/SMS) perguntou se existem outras formas de moradia além do modelo que demora muito, e se houve avanços. Arlete explicou que o programa pode oferecer diversas ferramentas e possibilidades, embora esteja limitado à questão da propriedade. No entanto, a lei também disponibiliza 40% para construção, 20% para carta de crédito e locação social, embora existam apenas sete empreendimentos de locação social. Ela mencionou que algumas famílias de demandas fechadas se beneficiam disso. Arlete destacou que o plano diretor estratégico da cidade direciona a política municipal para disponibilizar serviços de moradia, mas observou que atualmente está parado na Câmara. Ela enfatizou que a política de habitação envolve diversos interesses, principalmente os do mercado. Arlete explicou que, embora o carro-chefe do programa possa ser a compra do mercado para oferecer unidades habitacionais, todas essas unidades serão comercializadas. Isso pode ser um problema, pois nem sempre a pessoa tem renda suficiente, mesmo que a prestação seja de apenas 150 reais. Giovanna sugeriu que a população egressa também poderia ser incluída nesse plano, conforme mencionado no plano diretor estratégico da cidade.

A sra. Giovanna mencionou que é um desafio, mas que podemos pensar em propostas de habitação para a população e que as sugestões podem ser enviadas por email, WhatsApp ou diretamente para a equipe.

O sr. Alan, assessor da Secretaria de Governo Municipal, na coordenação do Programa Reencontro, explicou que há um programa chamado Auxílio Reencontro, que paga o valor de R\$1.200,00 quando é destinado a uma família (sendo este critério, amplo) e R\$600,00 para uma pessoa. Esse auxílio é voltado para pessoas em situação de rua e pessoas recolhidas em equipamentos socioassistenciais, e que inclui também a população egressa. Ele destacou que mais informações podem ser encontradas na Portaria 79/2023 da SMADS.

A Sra. Arlete sugeriu que fosse acrescentado que o programa seria para pessoas egressas, ao que o sr. Alan concordou, dizendo que isso seria possível, caso fosse solicitada a inclusão enquanto público prioritário. A Sra. **Juliane Arcanjo** (ITTC) perguntou qual seria o tempo de duração do auxílio, ao que o sr. Alan respondeu que é de 12 meses, podendo ser prorrogado para 24 meses. Alan destacou que não se trata de uma política de habitação pelo seu caráter provisório.

Foi mencionado o interesse em participar das discussões sobre o Censo PopRua para inclusão da questão em relação à população egressa, entendendo a real demanda e cruzamento deste público. O Sr. Bruno mencionou que o censo de cortiços informou que existem muitas pessoas egressas nessa situação, ao passo que, após uma pesquisa realizada para o censo, estas pessoas afirmaram que era a única forma de moradia que haviam conseguido pós cárcere. Ele questionou quando seria feito esse cadastro, destacando que a informação relevante seria se a pessoa era egressa ou não. O sr. Bruno mencionou que comprovar o endereço da pessoa que é egressa nos serviços também é uma dificuldade, pois eles têm prazos. A sra. Giovanna sugeriu que seria necessário ter um diálogo com o TJ e com a SAP para discutir essas questões.

Foi reforçado o tema da próxima reunião, os caminhos de contato com a equipe, inclusive para sugerir encaminhamentos.

ANEXO 1
Lista de siglas

SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
CPIR - Coordenação de Promoção da Igualdade Racial;
CRPIR - Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial;
CNJ - Conselho Nacional de Justiça;
CAEF - Central de Atenção ao Egresso e Família;
SEABEVS - Secretaria Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde;
SMADS - Secretaria Municipal Assistência e Desenvolvimento Social;
SAP - Secretaria da Administração Penitenciária;
TJ - Tribunal de Justiça;
ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania;
SGM - Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo;
SEPE - Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos;
SMS - Secretaria Municipal da Saúde.